

# PORANTIM



**Em defesa da causa indígena**

Ano XLVIII • Nº 479 • Brasília-DF • Outubro 2025

## 37 ANOS DE DIREITOS SISTEMATICAMENTE NEGADOS

No mês de aniversário da Constituição Federal, que deveria celebrar a consolidação dos direitos originários, os povos indígenas seguem na luta para que o Supremo Tribunal Federal reafirme a inconstitucionalidade da Lei do Marco Temporal – tese que alimenta, dia a dia, a violência contra vidas, culturas e territórios, configurando um dos maiores retrocessos aos direitos indígenas desde 1988. *Páginas 2, 8, 9, 10 e 11*

**A engrenagem que tenta apagar os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul**

*Páginas 3, 4, 5, 6 e 7*

**Povo Mura retoma criação de abelhas sem ferrão e fortalece relação ancestral com a floresta**

*Páginas 13, 14 e 15*



# 37 anos de direitos reconhecidos pela Constituição: sistematicamente negados pelo Estado

Os cantos indígenas não cessaram de ecoar em Brasília – ressoam, há 37 anos, como lembrete de que a Constituição Federal ainda precisa ser cumprida. O mês de outubro, que deveria celebrar a consolidação dos direitos fundamentais, tornou-se tempo de luta: um chamado para reafirmar o que a Carta Magna, batizada de Constituição Cidadã, garantiu – mas que segue sob ameaça.

A Constituição de 1988 representou um divisor de águas na história dos povos indígenas ao reconhecer seus direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Os Artigos 231 e 232 são o coração dessa conquista: asseguram o direito aos territórios, à organização social, aos costumes, línguas e tradições. É o reconhecimento de que a posse indígena é anterior ao Estado brasileiro – um direito ancestral, permanente e inalienável.

Neste mês de celebração, delegações indígenas de todas as regiões do Brasil estiveram na capital federal para exigir o cumprimento desses mesmos direitos. Mais de 250 lideranças, de mais de 40 povos, realizaram incidências políticas, atos públicos e reuniões com representantes dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, além de encontros em embaixadas, organizações e entidades de direitos humanos.

Entre as principais reivindicações, estiveram a conclusão do julgamento de repercussão geral que trata dos direitos constitucionais indígenas, no Supremo Tribunal Federal (STF), e a revogação da Lei 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal. As lideranças pediram ainda agilidade nas demarcações de seus territórios e outras medidas urgentes contra a violência crescente nas comunidades, especialmente em estados como Mato Grosso do Sul.

As delegações também acompanharam sessões do STF e participaram de atos públicos em defesa de seus direitos e da vida. Uma das delegações se somou ainda ao ato “Demarca, Lula”, realizado no dia 13 de outubro, que reuniu cerca de 200 pessoas em marcha até o Congresso Nacional. O objetivo foi cobrar do presidente Lula a

demarcação de 104 Terras Indígenas até a COP30, que será realizada em novembro deste ano.

A mobilização nacional coincidiu com outra data simbólica além do aniversário da Constituição Federal: os dois anos da decisão do Supremo que declarou inconstitucional a tese do marco temporal, no julgamento do Tema 1031. Hoje, no entanto, o avanço da Lei 14.701, que busca, entre outras coisas, restabelecer essa tese, alimenta dia a dia o aumento da violência nos territórios, além de ter paralisado e burocratizado os processos demarcatórios em todo o país.

Considerada um dos maiores retrocessos aos direitos indígenas desde Constituição de 1988, a Lei 14.701 institucionaliza a tese segundo a qual os povos só teriam direito às terras que ocupavam em 5 de outubro de 1988 – ignorando séculos de expulsões, massacres e deslocamentos forçados. Ao restringir o reconhecimento de terras, a norma tem estimulado conflitos e violências, obrigando comunidades a recorrerem a retomadas para garantir o que a Constituição já lhes assegura.

“Este é um momento muito importante de luta em defesa da Constituição Federal. Nós estamos sofrendo muitos ataques contra nossos territórios e contra nossos direitos originários, conquistados pelos nossos avós durante a Constituinte de 1988. Enquanto a Lei 14.701 estiver em vigor, nossos territórios, nossas comunidades e nossos direitos estão em risco”, afirma Kretã Kaingang, liderança do Paraná e coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) pela região Sul, que esteve na primeira delegação dessa jornada de incidências na Capital Federal.

As mobilizações em Brasília também serviram para reafirmar o compromisso dos povos indígenas com a defesa da Constituição, da democracia e do Estado Democrático de Direito. O movimento lembra ao país que os direitos conquistados há 37 anos não são apenas garantias legais, mas condições de sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos originários.

## Na sala de emergência

É onde a política de atenção à saúde indígena se encontra após o governo ser conivente com as amarras da política tradicional. Os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEIs), que deveriam estar livres dessas interferências, tornaram-se alvo de loteamento de cargos. Coordenadores – indígenas ou não – precisam se alinhar aos “padrinhos” políticos que dominam as regiões. Em nível nacional, a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS), criada com caráter público e privado, distribui cargos de confiança entre partidos da base e de fora dela, acomodando interesses políticos e empresariais. A recente nomeação de figuras ligadas ao bolsonarismo na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e em DSEIs, como em Roraima e no Pará, agrava a contaminação da gestão e incentiva as perseguições. É inaceitável que instâncias criadas para defender os povos indígenas se mantenham inertes. Cabe à Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) denunciar ao Conselho Nacional de Saúde essas ingerências que inviabilizam o subsistema e ameaçam conquistas históricas. (Com informações do Cimi Regional Sul – Equipe Porto Alegre/RS)

## O racismo institucional

Chegou até o município de Mato Castelhanos, no Rio Grande do Sul, durante uma atividade promovida pela prefeitura em celebração ao Dia das Crianças. Nessa ocasião, meninas e meninos indígenas foram impedidos de participar das brincadeiras realizadas no centro da cidade, barrados no transporte público e privados do acesso aos brinquedos e presentes distribuídos no evento. Segundo relatos, o motorista de uma van e uma professora afirmaram que “os brinquedos eram só para as crianças da cidade”. As mães denunciaram também o tratamento desrespeitoso de alguns servidores municipais, o que agravou o constrangimento e o sentimento de exclusão. As lideranças Kaingang da Terra Indígena Mato Castelhanos, composta por quatro comunidades e cerca de 130 famílias, manifestaram indignação diante do ato racista e exigem justiça, reparação e responsabilização dos envolvidos. Ao final da mobilização, protocolaram documento na Prefeitura e na Brigada Militar pedindo respeito, o fim das práticas discriminatórias e a inclusão efetiva das famílias Kaingang nas programações e no orçamento municipal. (Com informações do A Frente – Jornalistas das Gentes)

## Demarcação salva vidas

É o que revela um estudo liderado por pesquisadoras brasileiras, que reuniu dados dos primeiros 20 anos deste século e concluiu: as Terras Indígenas, especialmente as já legalizadas, têm impacto direto na mitigação de doenças causadas por queimadas e nas infecções tropicais em cidades situadas num raio de até 500 quilômetros. A análise, que abrange os nove países da região amazônica, foi possível após uma ampla coleta de dados. Em um estudo paralelo, as pesquisadoras também avaliaram o efeito das Terras Indígenas na Mata Atlântica, chegando a resultados semelhantes. “Nossas descobertas reforçam a importância do reconhecimento legal das Terras Indígenas, não apenas para conter o desmatamento, mas também para melhorar a saúde humana local”, aponta o estudo, publicado na revista científica Nature. A pesquisa foi conduzida por Julia Barreto, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), e por Paula Prist, do Forests and Grassland Program, da União Internacional para a Conservação da Natureza, sediado em Washington (EUA). (Informações da Agência Brasil).

### 37 anos da Constituição Cidadã



# A engrenagem que tenta apagar os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Cercados por fazendas e alvos constantes de pulverizações de agrotóxicos, os Guarani-Kaiowá da Terra Indígena Guyraroká lutam pela sobrevivência em um território reconhecido, mas usurpado com a conivência do Estado

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

**A** ofensiva contra os Guarani e Kaiowá não se dá apenas com armas. O cerco aos territórios originários, como é o caso da Terra Indígena Guyraroká, é parte de uma engrenagem complexa, movida por interesses privados ligados ao agronegócio e à especulação fundiária, articulados a forças políticas regionais e sustentados pela omissão do Estado. Conjunto de forças que, dia após dia, tenta consumir o genocídio — ou justificá-lo — sob o disfarce da legalidade, silenciando direitos reconhecidos historicamente e criminalizando a resistência legítima dos povos indígenas.

É nesse cenário que, desde 21 de setembro, famílias Guarani e Kaiowá retomaram parte da Fazenda Ipuitã, localizada dentro dos limites da TI Guyraroká, em Caarapó (MS). Inicialmente, a ação buscava impedir a pulverização indiscriminada de agrotóxicos que há anos afeta a saúde e a subsistência da comunidade. O estopim, no entanto, foi o sequestro de uma jovem Guarani e Kaiowá de 17 anos, ocorrido dentro do território tradicional. O episódio, foi detalhado em um relatório de escuta elaborado por autoridades públicas e acessado com exclusividade pela Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, após um pedido formal a elas.

De acordo com o documento, a jovem foi levada por homens armados, encapuzados e vestidos de preto, enquanto caçava javali com familiares nas proximidades da fazenda. Após seguir o rastro dos sequestradores, um dos indígenas a encontrou chorando sob uma mangueira, na sede da propriedade. Há indícios de que a jovem possa ter sofrido abuso sexual durante o sequestro.

Relatos colhidos para o relatório apontam que o grupo foi recebido a tiros e que, no local, os agressores chegaram a incendiar um bambuzal. Os indígenas afirmam que tentaram conter as chamas, mas o vento propagou o fogo, que rapidamente atingiu o entorno da sede — utilizada por seguranças privados armados (os homens vestidos de preto) e por efetivos da Polícia Militar (PM), da Polícia Civil (PC) e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). De lá também partiam drones que, segundo os indígenas, eram usados para vigiar a comunidade durante o dia. O caso, marcado por brutalidade e violência, levou os Guarani e Kaiowá a permanecer na sede como forma de proteção e denúncia.

A violência que levou ao sequestro, entretanto, não é um fato isolado. Ela integra o mesmo sistema de agressões



Os Guarani e Kaiowá reivindicam a demarcação da TI ao mesmo tempo em que visam impedir pulverizações de agrotóxico

que, há anos, tenta sufocar o povo Guarani e Kaiowá em Guyraroká — alternando armas, venenos e ameaças como instrumentos de terror e expulsão. A retomada da fazenda, portanto, não foi apenas uma reação imediata ao crime, mas também uma resposta a um histórico de ataques químicos e à omissão das autoridades diante da destruição de um território originário.

A Fazenda Ipuitã, sobreposta ao território tradicional, tem sido acusada há anos de utilizar veneno como arma



Aviões de fazendeiros, instalados em área dos Guarani Kaiowá, em Guyraroká, lançam agrotóxicos sobre plantações

química, com denúncias de pulverizações aéreas que atingem diretamente as áreas habitadas pelos indígenas.

“Ano após ano, plantam monocultura até o limite do território — literalmente até a cerca —, usam veneno de maneira desenfreada e promovem ações intencionais de despejo de veneno como arma química, por meio de pulverização aérea, sobretudo. A retomada dos indígenas teve como objetivo impedir o envenenamento, uma vez que o Estado nada fez com as denúncias e tampouco implementou medidas de defesa e proteção”, denuncia nota do Conselho Indigenista Missionário no Mato Grosso do Sul (Cimi/MS).

A situação é tão grave que, em 2019, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu medidas cautelares em favor da comunidade Guyraroká — reconhecendo o risco extremo à vida e à integridade física dos Guarani e Kaiowá.

Em resposta à retomada, as forças de segurança estaduais desde então têm atuado de maneira ilegal, violenta e desumana. As ações contabilizam inúmeros indígenas feridos por tiros de bala de borracha e intoxicados por gás lacrimogêneo. Mulheres grávidas e crianças também foram expostas à fumaça tóxica. Em uma clara tentativa de sufocar a resistência e forçar o abandono do território.

A violência contra os indígenas é exercida de forma coordenada entre jagunços, policiais militares da Tropa de Choque, civis do Setor de Investigações Gerais (SIG) e agentes do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Em uma das abordagens, enterraram mantimentos da comunidade. Em outra, mataram um cachorro da comunidade com um tiro na cabeça e enterraram outros dois cachorros vivos diante das crianças — gesto perverso que visa aterrorizar os mais vulneráveis.

“Desde que retomaram, as famílias indígenas, composta por crianças e idosos, têm sofrido ataques ilegais das forças de segurança do Estado que sem nenhuma reintegração de posse ou mandato judicial atacaram os indígenas e destruíram seus barracos que estavam sobre o campo como elemento para impedir o plantio e o consequente envenenamento. A polícia foi extremamente truculenta, deixando dezenas de feridos e enterrando pertences e os poucos alimentos que a comunidade possuía”, relata Cimi/MS.



Indígenas feridos, intoxicados por gás e espancados aguardam socorro em área retomada na TI Guyraroká



Os Guarani e Kaiowá recolheram projéteis e bombas de gás estouradas



"Marco temporal não": faixa em retomada na TI Panambi – Lagoa Rica, em Douradina (MS), que esteve sob ataque contínuo em 2024

## Ataques ocorrem em um território cuja luta por reconhecimento se arrasta há décadas

Lei 14.701/2023 cria barreira legal ao reconhecimento da TI Guyaroká e de outros territórios; STF deve julgar ações de inconstitucionalidade para garantir os direitos históricos dos povos indígenas

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A Terra Indígena Guyaroká, localizada no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, é historicamente ocupada pelo povo Guarani-Kaiowá. Em 2009, o estado reconheceu oficialmente a reivindicação da comunidade por uma área de 11.401 hectares. Após estudos antropológicos, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) reconheceu a área como tradicionalmente indígena e o Ministério da Justiça emitiu a portaria declaratória correspondente. Porém, em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu a um recurso de fazendeiros e anulou a portaria, aplicando a tese do "marco temporal", que limita os direitos territoriais indígenas às terras que estivessem sob sua posse ou disputa contínua desde a promulgação da Constituição de 1988. Essa decisão deixou os Guarani e Kaiowá confinados a cerca de 50 hectares, sem acesso adequado à terra para a agricultura de subsistência e cercados por fazendas que degradam o território.

Em setembro de 2023, o STF declarou a inconstitucionalidade da tese do marco temporal, reconhecendo que os direitos territoriais indígenas são originários e independem de uma data específica. No entanto, em outubro de 2023, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/2023, que, entre outras disposições, utiliza um marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas, criando uma nova barreira legal ao reconhecimento da TI Guyaroká e de tantos outros territórios pelo país. Atualmente, o STF precisa analisar as ações diretas de inconstitucionalidade contra a Lei 14.701, decisão crucial para garantir os direitos históricos de todos os povos indígenas.

Enquanto isso, a comunidade permanece confinada nos 50 hectares da área tradicional e vive em uma rotina de intimidação que ameaça a vida, a cultura e a sobrevivência do povo. A retomada da terra não é ato de escolha,

mas de sobrevivência: é a única forma de impedir que a comunidade seja exterminada e de afirmar o direito que lhes é historicamente reconhecido.

"A ação dos indígenas, em seu ponto de vista, é estritamente defensiva, ou seja, visa continuar impedindo o envenenamento de seus filhos. Ocupar a sede é ainda para eles uma forma de fazer com que as polícias não possam mais a utilizar como centro de organização para os crimes que vêm cometendo", explica o Conselho Indigenista Missionário no Mato Grosso do Sul (Cimi/MS), em nota.

Diante desse cenário, o Estado ainda busca manipular a narrativa pública e culpabilizar indígenas e apoiadores. O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, afirmou em redes sociais que organizações de apoio a comunidades indígenas teriam promovido "invasões" e destruído propriedades rurais em Caarapó. Imagens, vídeos e depoimentos obtidos por organizações indígenas, indigenistas e de direitos humanos, no entanto, desmentem o discurso. As provas mostram policiais agindo como seguranças privados, sem mandado judicial, inclusive perseguindo indígenas com viaturas em alta velocidade.

"Notícias de mídia e notas das forças de segurança do Mato Grosso do Sul passam a imagem de que as famílias indígenas Kaiowá e Guarani teriam iniciado uma ação ostensiva, tomando fazendas, queimando maquinários e estruturas privadas. Provavelmente a estratégia tenha por motivação promover mais violência ilegal contra os indígenas. Porém, é necessário compreender e reavivar que para os indígenas a ação, bem como toda a motivação da retomada, desde o princípio, é um grito de socorro em defesa de suas vidas, em especial da vida de suas crianças e de seus anciãos", explica o Cimi/MS.

Segundo as organizações que apoiam os povos indígenas, as declarações públicas do governador, além de reduzir o protagonismo das comunidades, parecem buscar a legitimação da violência estatal, visando criminalizar injustamente os povos – que reivindicam seus direitos

territoriais – e seus apoiadores, que buscam dar visibilidade às violações, apoiar a mobilização indígena e ecoar suas vozes em instâncias nacionais e internacionais.

"Mesmo após a ciência do governo federal, que promoveu reunião com o governo Riedel, os ataques policiais continuaram, com a mesma ilegalidade. São dezenas de casos similares em outras terras indígenas e tanto o governador quanto o secretário de segurança do Estado, respondem Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) por uso indevido da força pública em defesa do setor privado", afirma o Cimi no Mato Grosso do Sul.

Percebe-se que a violência à qual os povos indígenas e a comunidade de Guyaroká são submetidos, somada à morosidade judicial e estatal, à manipulação da narrativa pública e à disseminação de notícias falsas, consolida um projeto de genocídio silencioso – físico, social e cultural.

O caso da Guyaroká revela a contradição entre o discurso global e a prática local. Enquanto o Brasil se prepara para sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), os principais defensores do meio ambiente no país sofrem violências injustificáveis pela omissão do próprio Estado. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 104 processos de demarcação de Terras Indígenas aguardam decisão do governo – 37 dependem do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e 67 da assinatura direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A situação da Guyaroká expõe ainda o estrago causado pela morosidade em enterrar de vez o marco temporal e em cumprir o que a Constituição garante no Art. 231 sobre a demarcação de territórios indígenas, mostrando que a proteção ambiental e a justiça social não avançam enquanto a terra e a vida dessas comunidades continuarem usurpadas. "Os indígenas pedem proteção a suas vidas, e que o Estado garanta a demarcação do território", aponta o Cimi/MS.



## ADPF 1059 denuncia escalada de violência policial contra Guarani e Kaiowá

Em agosto de 2023, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) conseguiu que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecesse uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) sobre a violência da Polícia Militar contra o povo Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

A ação, após o reconhecimento da Suprema Corte, passou a ser a ADPF 1059, e foi distribuída para o ministro Gilmar Mendes. Sem deliberação final do STF até o momento, os episódios que motivaram o ingresso da ADPF – como o Massacre do Guapo'y, em junho de 2022 – voltaram a se repetir em 2024 na Terra Indígena Nhanderu Marangatu, com a morte de Neri Guarani e Kaiowá. E agora, com a retomada da Fazenda Ipuitã e a escalada de operações da Polícia Militar na Guyraroká, as comunidades alertam que o mesmo padrão de violência pode desembocar em novo episódio fatal, caso o governo e as instâncias judiciais não adotem com urgência as medidas cautelares e estruturais requisitadas pela ADP.

Entre as propostas levadas pela ADPF 1059 ao STF está o pedido de medida cautelar e a elaboração de um plano de enfrentamento à violência policial. A ação também propõe a instalação de equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas e nas fardas dos agentes de segurança, com o devido armazenamento digital dos arquivos.

A ADPF solicita ainda a elaboração de um plano, no prazo máximo de 90 dias, visando ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança. O plano deve contemplar medidas para aprimorar o treinamento dos policiais, protocolos públicos de abordagem e busca pessoal, e prever a participação de lideranças das comunidades afetadas em todo o processo de construção.

“Operações sem mandado judicial são prática comum por parte da segurança pública do Mato Grosso do Sul, onde a PM atua sem considerar determinações legais e opera como milícia privada dos fazendeiros da região. O documento também aponta que as operações nos territórios ancestrais ocorrem sem a presença de um representante da União ou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)”, afirma a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

A manifestação contrária do STF à presença da PM do estado em terras indígenas poderia ter evitado a morte de Neri Guarani e Kaiowá em Nhanderu Marangatu, bem como o retorno da escalada de violência na Terra Indígena Guyraroká. O silêncio do Supremo e a inércia do governo reforçam o cenário de impunidade que sustenta novas ofensivas contra o povo Guarani e Kaiowá.



Foto: Comunidade Guyraroká

**Os Guarani e Kaiowá recolheram projéteis, cápsulas e bombas de gás estouradas após ataque da Tropa de Choque**

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Polícia Militar do Mato Grosso do Sul atua de forma ilegal e violenta nos territórios indígenas, sustentando “o uso das forças policiais estaduais como instrumento de opressão em terras indígenas”. Para o Cimi, a atuação da PM demonstra que o governo de Eduardo Riedel, aliado histórico dos interesses do agronegócio, militarizou de



Foto: Reprodução/vídeo da comunidade de Guyraroká

**O ataque da Tropa de Choque ocorreu enquanto os soldados escoltavam tratores da fazenda sobreposta à TI Guyraroká**

Foto: Comunidade de Guyraroká



**Indígenas afirmam que os capangas que os atacaram atearam fogo à mata para incriminá-los**

forma definitiva a questão indígena, utilizando o aparato repressivo do Estado para aterrorizar comunidades. A entidade questiona: até quando o Estado brasileiro permitirá que a violência policial siga agindo de forma assassina, covarde e à margem da lei contra os povos Guarani e Kaiowá?

### “Estão tratando a gente como animal”: o grito de socorro em meio à brutalidade em Guyraroká

Tornou-se comum ouvir entre os Guarani e Kaiowá um resumo perturbador de como se sentem a cada investida das polícias estaduais contra retomadas e aldeias: “estão tratando a gente como animal (...) não somos bichos”. A frase é de um indígena da retomada da Fazenda Ipuitã, sobreposta à Terra Indígena Guyraroká, em Caarapó (MS).

Entre erguer barracos, sucessivamente destruídos pela polícia e tratores da fazenda, recolher lenha para a fogueira e vigiar a movimentação de jagunços, o principal desafio é seguir resiliente e não deixar o ódio com o qual os tratam persuadi-los a também se entregar ao ódio – este é um cuidado debatido na retomada.

“Eu estava me protegendo no barraco e a pá escavadeira veio para enterrar o meu barraco, e quase me enterrou junto. Eu tentei escapar, mas a pá carregadeira voltou para me empurrar com tudo”, conta declarou indígena Guarani e Kaiowá (as fontes não serão identificadas por questões de segurança).

“A sorte é que eu escapei por baixo porque o poste ia cair na minha coluna, (mas acabou que) caiu o poste na minha cintura, eu não consegui nem correr (na hora). A tropa já tinha nos encurralado (e quando me livre do poste) precisei correr com uma perna (a outra estava machucada), e as balas cruzando, tiros. Bala vinha cruzando, muito xingamento”, conta.

Enquanto ele se livrava dos escombros para fugir, sua esposa levou um tiro de bala de borracha: “Meu filho presenciou tudo aqui. À noite ele não consegue dormir. Acorda gritando: tá vindo! Tá vindo! Tá vindo!”, relata a mulher sobre o trauma da criança.

“Levei duas balas (de borracha). Eu e a minha irmã. Vieram com tudo (duas viaturas da PM) para nos atropelar. Bom que a gente é ligeiro. Corre pra lá, pra cá e eles não acertaram a gente. Na verdade, não sei como escapei. Ainda não estou bem, minha cabeça tá toda embaraçada. Meu pensamento é que aconteceu agora. Não consigo comer nada”, o relato é de uma mulher indígena, mãe, integrante da retomada.

Um outro Guarani e Kaiowá descreve como precisou desviar de viaturas que tentaram atropelar os indígenas: “Quando a viatura veio, tentei desviar. Pulei, mas a viatura da PM pegou na minha perna. Se eles pegassem em cheio, não sei se eu estaria vivo. Vieram com raiva, sabe, não sei a razão”.

### Mulheres, crianças, idosos, cachorros. Para a polícia, pouco importa quem esteja à frente.

“As crianças Guarani e Kaiowá assistem à violência contra a vida. Cachorros foram enterrados vivos diante dos olhos infantis. Barracos destruídos, painéis soterradas, silêncio imposto. A cena fere a alma, não só da comunidade, mas de toda a criação. Essa brutalidade não é apenas física — é simbólica. É o gesto de uma sociedade que perdeu o sentido do sagrado, que ensina às crianças o medo, a impotência e o horror, quando deveria mostrar-lhes a ternura e a justiça”, escreveu Ir. Maria Câmara, do Cimi Mato Grosso do Sul – Equipe Dourados

Apesar de todo o sofrimento, a comunidade reforça: “não vamos recuar, não. Vamos seguir em frente. Temos muitas crianças. Não quero mais policiais aqui. Estão tratando a gente como animal. Parece que não tem nada nesse mundo que impeça de tratar a gente como cachorro, bicho do mato. Precisamos apenas das nossas terras”.

A Guarani e Kaiowá tem elaborado mecanismos para deixar passar os sentimentos de tristeza. Um deles é projetar o futuro, vê-lo, dar cores e sensações a uma vida sonhada: “Meu filho está com oito anos. Quero ver o meu filho crescer nesta terra, de repente meus netos. Posso levar bala de borracha, mas não saio do lado da minha comunidade”, conclui.

# A armadilha do Estado: violência, veneno e omissão em Guyraroká

Denúncias revelam ataques químicos e criminalização de um povo que luta por sobrevivência em meio à convivência do poder público

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

**N**a madrugada do dia 25 de outubro, por volta das 23h, a Justiça Federal de Dourados (MS) emitiu um mandado determinando a atuação da Polícia Militar (PM) na Fazenda Ipuitã, embora a presença da corporação já acontecesse de forma ilegal desde o início da retomada, em 21 de setembro. Os indígenas acumulam provas de que as polícias estaduais atuavam na sede da fazenda sem nenhum mandado judicial, desmentindo nota da Secretaria de Segurança Pública do estado.

A Secretaria de Segurança Pública, por sua vez, afirma que há “proporcionalidade” nas ações do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), Polícia Rural e Tropa de Choque. No entanto, os fatos mostram que as forças estaduais têm promovido investidas violentas contra os indígenas, com ataques premeditados, tentativas de atropelamento com viaturas em alta velocidade, ferimentos por tiros de bala de borracha, intoxicações por gás, destruição de barracos e pertences, enterro de mantimentos e animais vivos, intimidação de mulheres, crianças e idosos, ameaças e agressões físicas e psicológicas diretas.

“Estão tentando fazer despejos ilegais, sem mandado judicial. São polícias estaduais e a questão indígena é de instância federal. Será que as leis realmente não valem nada?”, questiona um indígena Guarani e Kaiowá, que por motivos de segurança terá sua identidade preservada.

A decisão judicial que autorizou a presença da Polícia Militar na Fazenda Ipuitã é considerada pelos indígenas arbitrária e contraditória, já que se trata de questão de competência federal. Ela guarda semelhanças com o caso da TI Nhandaru Marangatu, em Antônio João (MS), quando a Justiça determinou a presença da PM — que acabou agindo como uma espécie de segurança privada — na antiga Fazenda Barra, e um policial assassinou Neri Guarani e Kaiowá com um tiro na cabeça.

“Precisamos que as autoridades competentes prestem socorro ao povo Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Não é de hoje que a polícia pratica essa violência em nossos territórios (...) nosso governo do estado não



A retomada da TI Guyraroká vem sofrendo uma série de violências desde o dia 21 de setembro: foram quatro ataques policiais e incontáveis agressões agromilicianas

está disposto a nos defender. Os interesses dele são econômicos”, afirma Simão Guarani e Kaiowá, sobrevivente do Massacre de Caarapó, em 2016, e de diversos outros atentados.

O despacho judicial de plantão acolheu o pedido liminar formulado por Luzia Mei de Oliveira, proprietária da fazenda, e pela Agropecuária Esperança S/A, arrendatária da área contígua aos 50 hectares ocupados pelos Guarani e Kaiowá. A TI Guyraroká, declarada em 2011 com 11.401 hectares, permanece em disputa.

Apesar disso, a decisão ressalva tratar-se de “conflito possessório fundiário” e observa que “o art. 63 da Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio) estabelece que nenhuma medida judicial poderá ser deferida liminarmente em demandas que envolvam interesses de comunidades indígenas ou do patrimônio indigenista, sem a prévia oitiva da União e do órgão indigenista competente”.

Para os Guarani e Kaiowá, a presença de forças de segurança estaduais aumenta o risco de violência, dada a recorrência do padrão de atuação das polícias em seus territórios.

O plantão judicial se apoiou em imagens de incêndios em maquinários, casas e vegetação para justificar a medida como forma de conter a escalada do conflito: “Segundo narrado, aproximadamente 80 indígenas adentraram a propriedade rural, alcançaram as estruturas da sede e incendiaram as construções (...)”, afirma trecho da decisão.

Em resposta, um indígena Guarani e Kaiowá presente na retomada contesta: “Foram os próprios pistoleiros que atearam fogo na mata, e o fogo se alastrou. Fizemos isso para nos incriminar. A polícia filmou com drone e depois divulgou as imagens para nos criminalizar. É uma ação combinada”.

## Ataques químicos

Desde 21 de setembro de 2025, quando famílias Guarani e Kaiowá retomaram parte da Fazenda Ipuitã, localizada dentro dos limites da Terra Indígena Guyraroká, a ação teve como objetivo impedir a pulverização de agrotóxicos sobre áreas habitadas e cultivadas pelos indígenas. As denúncias sobre o uso indiscriminado de veneno na região, remontam a pelo menos 2019 e incluem pulverizações aéreas e terrestres que atingem casas, plantações e até a



Manifestação Guarani e Kaiowá em frente ao Supremo Tribunal Federal

escola indígena, o que autoridades de direitos humanos entendem como “ataques químicos”.

Tramitam ações judiciais impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) solicitando apuração e providências sobre os responsáveis pelas pulverizações de agrotóxicos sobre as aldeias.

Operações policiais e registros da comunidade confirmam que os agrotóxicos são utilizados de forma deliberada sobre áreas ocupadas pelos Guarani e Kaiowá, configurando o que autoridades qualificam como “ataques químicos”. Em uma ação realizada em 1º de julho de 2025 pelo Ibama e pela Força Nacional, com apoio das Polícias Judiciária e Técnico-Científica, foram apreendidos 202 kg de agrotóxicos contrabandeados do Paraguai, escondidos em depósitos clandestinos dentro de área declarada como TI Guyaroká. Os Guarani e Kaiowá acumulam registros de vídeo mostrando a pulverização sobre a aldeia.

“Chamam a gente de (capim-)amargoso, resistente ao veneno, que só se arranca com a enxada. Começou ontem o despejo (29 de setembro), às 15 horas, e continuou hoje (30), às 10 horas. O cheiro é insuportável, um horror. Infelizmente isso se normalizou, mas diferente do amargoso, somos seres humanos”, relatou Erileide Guarani Kaiowá em 30 de outubro de 2024.

Em 2022, nas Nações Unidas, em Genebra, na Suíça, Erileide denunciou o que a Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, considera como ataque químico. A indígena participou da Revisão Periódica Universal (RPU), um mecanismo único e central do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo é melhorar a situação dos direitos humanos em cada um dos 193 países membros da ONU.

O histórico de intoxicações é antigo. Em maio de 2019, quatro crianças e dois adolescentes precisaram de atendimento médico após intoxicação provocada pelo contato com calcário e agrotóxicos utilizados em área da Fazenda Remanso, localizada a 50 metros da escola indígena. As crianças tinham um e dois anos; os adolescentes, 17 e 18 anos. Registros da comunidade mostram que o uso indiscriminado de venenos também prejudica plantações e sementes, comprometendo a segurança alimentar.

Os Guarani e Kaiowá perderam quatro toneladas de sementes porque com o uso indiscriminado de agrotóxicos pelos fazendeiros, micro-organismos e insetos buscam alimentos e devoram as plantações dos indígenas. Por outro lado, como a pulverização acontece sobre a comunidade, as plantas que escapam dos insetos acabam “queimadas”.

A retomada da terra não é apenas simbólica. Para os Guarani e Kaiowá, ela representa uma medida de proteção e sobrevivência frente a um padrão de violência que combina despejos, ameaças e ataques químicos, reiterando a urgência de providências legais e de fiscalização por parte do Estado.



Os feridos foram atendidos na própria retomada logo após os ataques. Na imagem, ao fundo, os barracos destruídos

## Agrotóxicos no Brasil

Atualmente, o Brasil é o maior usuário de agrotóxicos do mundo, embora não seja o campeão mundial de produção agrícola, sendo, ainda, o principal destino de agrotóxicos barrados no exterior.

Conforme Relatório de Comercialização de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos do Ibama 2022, as vendas dos produtos classificados como “Químicos e Bioquímicos” foram de 800.652 toneladas de ingredientes ativos, o que representa um aumento de aproximadamente 11% em relação ao ano anterior (2021), cujas vendas foram de 720.870 toneladas.

No entanto, as vendas totais dos produtos vêm aumentando a cada ano, como se pode constatar no Relatório Comercialização de Agrotóxicos – 2009 a 2022, disponível no site do IBAMA.

## Comunicado à CIDH

A comunidade de Guyaroká e organizações aliadas enviaram apelo urgente à secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Os indígenas pedem que a Comissão acelere os processos judiciais que envolvam a demarcação da TI Guyaroká: única medida capaz de solucionar definitivamente o conflito e garantir a sobrevivência física e cultural da comunidade.

Foto: Comunidade de Guyaroká



Comunidade Guarani e Kaiowá retoma fazenda sobreposta à TI Guyaroká, no dia 21 de setembro

O apelo é uma atualização sobre a situação de violência e violações de direitos na Terra Indígena Guyaroká presentes na Medida Cautelar (MC 458-19), concedida pela CIDH em 29 de setembro de 2019. A medida tem como objeto a TI Guyaroká e visa garantir os direitos à vida e à integridade pessoal dos indígenas.

Conforme a atualização, “nos últimos dias, a comunidade foi forçada a tomar uma atitude drástica para proteger sua própria sobrevivência, resultando em uma nova onda de repressão estatal e na disseminação de informações falsas com o objetivo de deslegitimar sua luta”. O documento discorre sobre os fatos desdobrados e ressaltando os objetivos da retomada.

“Os eventos recentes demonstram, de forma inequívoca, a total falha do Estado brasileiro em cumprir suas obrigações de proteger a vida, a integridade e o território da comunidade de Guyaroká. A ausência da Funai durante o ataque, a ação violenta da polícia e a falta de fiscalização sobre o uso de agrotóxicos evidenciam que o Estado não apenas é omissor, mas atua ativamente para perpetuar as violações de direitos”, aponta outro trecho.

A atualização informa que a comunidade segue confinada a uma área diminuta de seu território, cercada pelo agronegócio e sofrendo com a contaminação de suas terras e águas. “A situação de insegurança alimentar, já grave, tende a se agravar com a perda das plantações e a impossibilidade de cultivar em um ambiente envenenado”, conclui.

## Desdobramentos

Durante o fechamento desta reportagem, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) voltou atrás e determinou que a Força Nacional ou a Polícia Federal substituam a Polícia Militar “na segurança” da Fazenda Iputã, área sobreposta à Terra Indígena Guyaroká, em Caarapó (MS), retomada pelos Guarani e Kaiowá em 21 de setembro.

A decisão foi proferida pelo desembargador Cotrim Guimarães, que tornou sem efeito parte de um despacho anterior, de 28 de outubro, no qual havia mantido a presença da PM na fazenda. A nova determinação reconhece a inadequação da atuação das forças estaduais em território indígena, uma questão já contestada pelos Guarani e Kaiowá no âmbito da ADPF 1059.

Durante a retomada da TI Guyaroká, forças de segurança estaduais realizaram ao menos quatro ataques contra os indígenas, deixando cerca de 20 feridos. No dia 30 de outubro, a Segunda Vara da Justiça Federal de Dourados encaminhou o processo de reintegração de posse da Fazenda Iputã à Comissão de Soluções Fundiárias.



Lideranças indígenas dos povos Kaingang, Xokleng, Guarani e Kaiowá participam de audiência no STF como parte da mobilização em Brasília, reivindicando a demarcação e proteção de suas terras, no marco dos 37 anos da Constituição Federal



Ao atual presidente do STF, ministro Edson Fachin, relator do Tema 1031, as lideranças indígenas dos povos Kaingang, Xokleng, Guarani e Kaiowá solicitaram que o processo seja incluído na pauta de julgamento da Corte com urgência

# Delegações indígenas ocupam Brasília em defesa dos direitos originários reconhecidos em 1988

No mês que marca o aniversário de 37 anos da Constituição Federal, mais de 250 lideranças indígenas de todas as regiões do país se mobilizaram na capital federal pela efetivação das garantias originárias e constitucionais consagradas na Carta Magna

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Segundo o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, são reconhecidos aos povos indígenas os direitos originários sobre seus territórios, competindo à União demarcá-los, protegê-los e fazer respeitar todos os seus bens. Terras estas que são inalienáveis e indisponíveis, e cujos direitos são imprescritíveis. Áreas destinadas à posse permanente dos povos indígenas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Trinta e sete anos após a promulgação da Constituição que consagrou tais direitos, o país segue marcado por ofensivas legislativas, econômicas e políticas que buscam restringir ou relativizar essas garantias. A violência no campo, o avanço do hidronegócio e do agronegócio sobre os territórios, a omissão estatal e o estímulo à mineração ilegal configuram um cenário de permanente ameaça à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Em meio a esse contexto, delegações de diversas regiões do Brasil ocuparam Brasília ao longo de outubro, cobrando do Estado brasileiro o cumprimento do que foi assegurado em 1988.

Na ocasião, mais de 250 lideranças, de mais de 40 povos, de todas as regiões do país realizaram ações políticas, marchas, encontros e reuniões com representantes dos Três Poderes da República, além de visitas a embaixadas, organizações internacionais e entidades de direitos humanos. Entre as principais pautas, estiveram a conclusão do julgamento de repercussão geral sobre os direitos constitucionais indígenas no Supremo Tribunal Federal (STF) e a revogação da Lei 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal. As lideranças também exigiram retomada das demarcações e medidas urgentes contra a escalada da violência nas comunidades, especialmente em estados como o Mato Grosso do Sul, onde os conflitos fundiários permanecem intensos.

As mobilizações foram realizadas no mês de aniversário de 37 anos da Carta Magna e também marcaram os dois



Lideranças Kaingang, Xokleng, Guarani e Kaiowá realizam ato em frente ao STF em defesa de seus direitos constitucionais e originários

anos da decisão do STF que declarou inconstitucional a tese do marco temporal, no julgamento do Tema 1031. Uma das principais reivindicações das mobilizações dos povos indígenas é justamente que a Suprema Corte conclua o julgamento com a análise dos embargos de declaração e dos pedidos que visam o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023.

Em setembro de 2023, o plenário do STF fixou, no caso do povo Xokleng (SC) – no recurso extraordinário RE 1.017.365 (Tema 1031) – a tese de repercussão geral que reafirma o caráter originário dos direitos indígenas e declara inconstitucional a tese do marco temporal. Na mesma semana, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que deu origem à chamada Lei do Marco Temporal, Lei 14.701/2023, promulgada em dezembro daquele ano.

A Lei foi questionada por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) movidas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e por partidos políticos, sob relatoria do ministro Gilmar Mendes. Ele instituiu uma Câmara de Conciliação para tratar do tema, mas os povos indígenas se retiraram por considerarem o mecanismo ilegítimo.

Foto: Tiago Miotto/Cimi

Após cerca de um ano e meio de reuniões, a Câmara de Conciliação apresentou um anteprojeto de lei com propostas de alteração da Lei 14.701. A Corte chegou a divulgar, em junho de 2025, que houve avanços no debate interno sobre o tema, embora o processo tenha sido conduzido sem a presença efetiva de representantes indígenas. As lideranças cobram que a Lei seja analisada diretamente pelo STF no âmbito do Tema 1031.

“Se dizia que a Câmara de Conciliação iria promover a paz no campo, só que nós não vimos essa paz”, avalia Kretã Kaingang. “A gente precisa que o Recurso Extraordinário seja colocado em pauta o mais rápido possível e que a Lei 14.701 seja julgada inconstitucional, para, aí sim, a gente ter um pouco de paz e poder voltar para

os nossos territórios com mais segurança”, aponta Kretã.

A Lei 14.701 entra em conflito direto com a decisão do STF e tem justificado a paralisação quase total dos processos de demarcação de terras indígenas.

A permanência das mobilizações indígenas em Brasília reafirma que os direitos originários não são concessões do Estado, mas conquistas históricas inscritas na Constituição e constantemente ameaçadas por interesses econômicos e projetos de poder. A cada nova ofensiva contra as terras indígenas, reergue-se também a resistência dos povos, que continuam a ocupar, denunciar e propor caminhos de justiça.

Enquanto aguardam que o Supremo Tribunal Federal conclua o julgamento da Lei 14.701/2023 e restabeleça plenamente a segurança jurídica dos territórios, as delegações que passaram pela capital retornam às suas aldeias levando consigo o peso de uma história que segue sendo escrita com coragem e esperança. Trinta e sete anos depois da promulgação da Carta de 1988, os povos indígenas seguem lembrando ao país que a democracia brasileira só será plena quando seus direitos forem, de fato, respeitados.



Lideranças indígenas de Rondônia e da Bahia em ato em defesa dos direitos constitucionais indígenas na Esplanada dos Ministérios



Foto: Adi Spezia/Cimi

Lideranças indígenas de Rondônia e da Bahia participam do 1º Pleno Extraordinário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)



Foto: Iracema Pataxó

Lideranças indígenas da Bahia em audiência no Conselho Nacional de Justiça

**Mais de 250 lideranças, de mais de 40 povos, de todas as regiões do país realizaram ações políticas, marchas, encontros e reuniões com representantes dos Três Poderes da República, além de visitas a embaixadas, organizações internacionais e entidades de direitos humanos**

## “A superação da violência passa pela demarcação e proteção de nossas terras”

Afirmam lideranças indígenas da região sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul

Os ventos do Sul e do Mato Grosso do Sul levaram a Brasília, entre 30 de setembro e 3 de outubro de 2025, as vozes dos povos Kaingang, Xokleng, Guarani e Kaiowá. Cerca de 40 lideranças dessas comunidades vieram à capital federal para reivindicar diretamente a proteção de seus territórios e a efetivação de direitos reconhecidos pela Constituição Federal.

Durante a mobilização, as lideranças divulgaram uma carta pública à sociedade brasileira, na qual denunciaram a “demora estratégica” do Estado em efetivar as demarcações e alertaram para o cenário de violência constante que assola seus territórios, marcado por ameaças, invasões ilegais e assassinatos. “A solução para a superação da violência que vivenciamos cotidianamente passa necessariamente pela demarcação e proteção de nossas terras, nos exatos termos da Constituição Federal”, afirmaram.

O documento também listou sete reivindicações centrais, entre elas: a análise da inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 (Lei do Marco Temporal), a conclusão do julgamento do Tema 1031 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a continuidade dos processos de demarcação, a desinvasão de terras invadidas e a responsabilização de envolvidos em ataques contra indígenas. A carta conclui com um chamado à mobilização: “Até que isso ocorra, seguiremos em defesa de nossos territórios e em defesa das nossas vidas, pois nossos direitos não se negociam. Demarcação, já!”.

A delegação também entregou documentos nos gabinetes dos ministros do STF, incluindo o recém-empossado presidente da Corte, ministro Edson Fachin, pedindo urgência na análise das reivindicações. Os documentos foram protocolados individualmente junto à Corte, reforçando que a vigência da Lei do Marco Temporal mantém os povos indígenas em situação de vulnerabilidade, bloqueando a homologação de territórios como ocorreu com a Terra Indígena (TI) Toldo Imbu.

Durante a semana, os indígenas acompanharam sessões da Suprema Corte, realizaram vigília em frente ao STF e participaram de reuniões com órgãos do Executivo e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), cobrando atuação efetiva na proteção de suas terras e direitos. Luís Ventura, secretário-executivo do Cimi, destacou a urgência de soluções: “Não adianta apenas dizer que não podemos avançar porque há uma lei em vigor. É hora do governo, da Funai e aliados encontrarem um caminho para resolver esse impasse jurídico”.

“Quantos indígenas, quantas lideranças já passaram por aqui? Quantos indígenas morreram querendo homologar suas terras? Será que daqui 20, 30 anos, os nossos filhos ainda vão estar batendo na porta da Funai?”, questionaram as lideranças, que também cobraram a presença ativa do órgão nas retomadas, garantindo suporte às comunidades que buscam a efetivação de seus direitos.

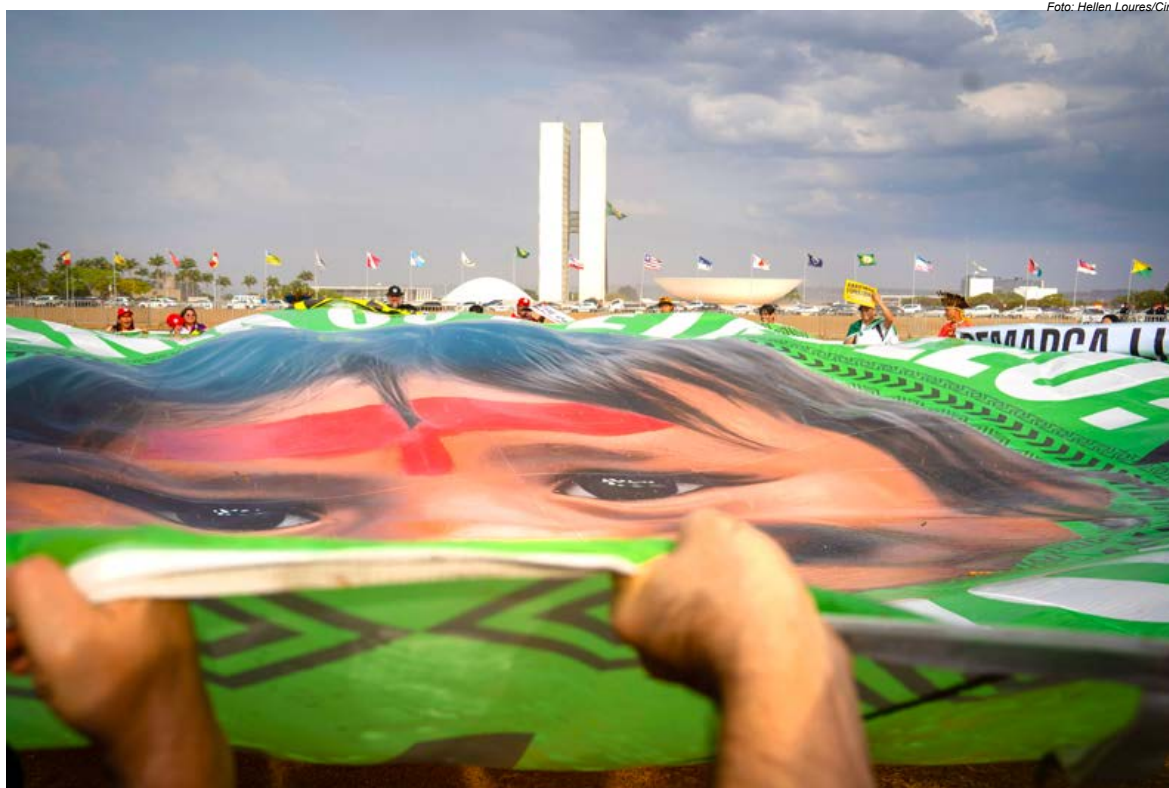
No ato em frente ao Supremo, Kretã Kaingang, liderança Kaingang do Paraná e coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) pela região Sul, enfatizou a gravidade da Lei 14.701/2023: “A Lei é uma afronta contra nós



Foto: Hellen Loures/Cimi



Lideranças indígenas do Pernambuco e da Bahia em Ato intitulado “Demarca, Lula” realizado em 13 de outubro em Brasília



e fortalece aqueles que vêm há anos dizimando os povos indígenas no Brasil.” A mobilização evidenciou que, mesmo diante de embates jurídicos e legislativos, os povos indígenas permanecem firmes na luta pela efetivação de seus direitos e proteção de seus territórios.

## “Por que ainda temos que morrer primeiro?”

Questiona liderança do Maranhão, com povos de Rondônia e da Bahia

O grito de Rosa Tremembé, do povo Tremembé da Raposa (MA), atravessou os corredores do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) em Brasília, ecoando a urgência de territórios ameaçados, vidas sob risco e direitos constitucionais constantemente violados.

Entre os dias 6 e 10 de outubro, aproximadamente cem indígenas de Rondônia, Maranhão e Bahia se reuniram na capital federal para denunciar a escalada de violência em seus territórios, cobrar agilidade nas demarcações, exigir que o STF conclua o julgamento do Tema 1031 e declare a inconstitucionalidade da lei do marco temporal, a Lei nº 14.701/2023. A delegação foi composta por representantes dos povos Apanjêkra Canela, Memörtumré Canela, Gavião, Tremembé, Akroá-Gamella e Krenjê (MA); Karipuna, Kujubin, Purubora, Migueleno, Guarasugwe, Cassupa, Mamaindê, Wajuru, Karitiana, Oro Eo, Oro At e Oro Nao (RO); e Pataxó Hã-hã-hãe (BA).

Como parte dessa agenda, a delegação participou da sessão do 1º Pleno Extraordinário do CNDH, realizada em 6 de outubro, que reuniu lideranças indígenas, organizações da sociedade civil, representantes do Estado brasileiro e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). “Espera-se que o encontro resulte em deliberações e encaminhamentos concretos para enfrentar as violações e reforçar o compromisso do Estado brasileiro com a causa indígena”, destacou Charlene Borges, presidente do Conselho, na abertura do pleno.

No CNDH, a Comissão Terra e Água é responsável por receber as denúncias de violações contra povos do campo. “Os povos indígenas são responsáveis por mais de 25% de todas as denúncias recebidas pela Comissão Terra e Água, e essa comissão é responsável por mais da metade das denúncias que chegam ao CNDH”, informou a advogada popular e presidente da Comissão Terra e Água do Conselho, Lara Estevão. “Essa violência toda é avassaladora. A gente vê um aumento da violência, um aumento da crueldade, a partir do momento em que também há um aumento da inoperância do poder público, principalmente porque a Lei nº 14.701 ainda não foi declarada inconstitucional”, aponta Lara.

No encontro, a delegação reforçou denúncias sobre a morosidade do Estado em demarcações, invasões ilegais, desmatamento, queimadas, envenenamento de rios e de áreas de uso coletivo, que aumentam a violência contra os povos indígenas. “Cadê a demarcação do nosso território? E aqui não estou falando somente do povo Tremembé, mas também de todos os povos que aqui estão para defender a demarcação de seus territórios”, questionou Rosa Tremembé. “Nós estamos ameaçados por não termos nossas terras demarcadas. O tempo está passando e temos pressa. Por que temos que morrer primeiro?”, questionou.

O ouvidor da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Igor Souza, concordou que a violência contra os povos indígenas é crescente e acrescentou: “Nas minhas contas, são mais de 500 pontos de conflito. Somos poucos comparados ao tamanho e à velocidade do avanço dessas violências, mas sempre buscando dar as respostas mais rápidas possíveis a essas situações”.

Durante a visita à capital federal, os indígenas entregaram também uma carta conjunta aos gabinetes de cada ministro do STF, denunciando o atraso nas demarcações, a invasão de seus territórios e a impunidade de grupos que cometem ataques contra eles. “Estamos em Brasília para denunciar a situação de extrema insegurança em que vivemos enquanto aguardamos, há décadas, a demarcação e proteção de nossos territórios. Cada dia que passa estamos mais encurralados, sufocados e sem espaço para viver. Quando denunciamos ou pedimos segurança, a polícia, ao invés de nos proteger, nos agride”, relatam as lideranças.



## “Demarca, Lula,”

Pedem lideranças indígenas do Pernambuco e da Bahia

O apelo das lideranças indígenas ecoou pelas ruas e órgãos de Brasília, carregando a urgência de territórios ameaçados, direitos constitucionais ignorados e vidas sob risco. Entre os dias 13 e 17 de outubro, cerca de 20 representantes dos povos Tupinambá de Olivença (Sul-BA), Tuxi (PE) e Tumbalalá (Norte-BA) participaram de mobilizações na capital federal para cobrar a demarcação de seus territórios tradicionais. Na oportunidade, a delegação se juntou ao Ato “Demarca, Lula”, que reuniu aproximadamente 200 pessoas em uma marcha até o Congresso Nacional. O objetivo era claro: que o presidente Lula conclua a demarcação das Terras Indígenas pendentes até a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30).

Maria do Socorro Tumbalalá (mais conhecida como Socorrinha), da Terra Indígena Tumbalalá, no Norte da Bahia enfatiza: “Não há como discutir crise climática sem demarcar os territórios indígenas. Eles preservam matas e vidas. Sem demarcação, tudo é destruído. Sem nossos territórios, não há mitigação na COP30”.

O ato, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) com apoio da Avaaz, integrou a programação da Pré-COP Indígena, realizada em paralelo à Pré-COP dos Estados, onde negociadores buscam consensos para a conferência global sobre o clima. Para o movimento indígena, o Brasil já possui uma solução climática concreta e imediata: a demarcação de 104 Terras Indígenas que aguardam apenas as etapas finais – 37 dependem do Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e 67 da assinatura do Presidente, segundo a Funai. A conclusão desses processos garante segurança jurídica, justiça histórica para os povos e proteção definitiva das florestas.

“Muito se fala sobre a COP-30, mas não tem como discutir crise climática sem demarcar os territórios indígenas. Já é comprovado por A mais B, que os indígenas preservam os territórios, preservam as matas. A demarcação dos territórios indígenas é o que vai preservar a vida de todos os seres vivos. Sem a demarcação dos territórios é tudo destruído. Sem a demarcação dos territórios, não tem como discutir crise climática. Sem a demarcação do território não tem como mitigar nada nessa COP30”, aponta Socorrinha Tumbalalá.

Monoculturas, pulverização de agrotóxicos, destruição de florestas e águas e exploração mineral: o cerco de agronegócio e hidronegócio foi outro ponto central das denúncias realizadas pela delegação do Pernambuco e da Bahia em suas incidências pela capital federal.

Entre os territórios reivindicados pela delegação, as Terras Indígenas Tumbalalá e Tupinambá de Olivença continuam aguardando a conclusão do processo de demarcação. Ambas já foram identificadas e delimitadas, e seus Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) foram publicados em 2009, tendo passado pelo período de contestação. Apesar disso, os processos permanecem paralisados, sem avanço efetivo por parte do Estado.



Foto: Adi Spezia/Cimi

**Lideranças indígenas do Pernambuco e da Bahia vão ao STF para cobrar a inconstitucionalidade da Lei do Marco Temporal**

Essa morosidade não é um caso isolado. Durante o governo Bolsonaro, a Funai foi condenada pela Justiça Federal a iniciar ou concluir estudos de demarcação em 66 ações judiciais. Entre essas pendências está a Terra Indígena Tuxi, em Pernambuco, que ainda não teve seus processos regularizados, refletindo o cenário mais amplo de atrasos e bloqueios que afetam a proteção dos territórios indígenas.

O cacique Gilvan Tuxi cobra: “Não dá para gente parar no tempo, viemos cobrar que cumpra a decisão da Justiça, que demarque nossa terra. Essa demora é um desrespeito com as lutas que meu povo já fez, com os anciões”.

Os indígenas também foram recebidos na sede da ONU, com a presença de Jan Jarab, representante na América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Na oportunidade, as lideranças denunciaram a demora na demarcação dos territórios, o aumento da violência – frutos desta demora do Estado –, a criminalização das lideranças indígenas e a vigência da Lei 14.701/2023.

“Esses acontecimentos [conflitos] são pela morosidade, pela demora na demarcação desses territórios. E o que vem acontecendo dentro deles são diversas violências, mortes, assassinatos, mineração, devastação dos nossos territórios e o movimento ‘Invasão Zero’”, destaca o cacique Sussuarana Morubixaba Tupinambá, da TI Tupinambá de Olivença, no Sul da Bahia.

Após acolher a cada uma das denúncias, o representante do Escritório de Direitos Humanos da ONU para a América do Sul destacou que ele e sua equipe estão cientes dos conflitos, das pressões que sofrem os povos indígenas nos níveis local, regional e nacional, assim como “dos interesses que são completamente contrários aos dos povos indígenas: o agronegócio, a bancada ruralista, as indústrias extrativas”, listou Jan Jarab.

## “Nosso território é nossa mãe, não abrimos mão”

Afirmam lideranças indígenas do Mato Grosso e Pará

O clamor por resistência e proteção da terra percorreu Brasília entre 20 e 24 de outubro, quando cerca de 60 lideranças indígenas do Mato Grosso e do Pará se mobilizaram para reivindicar a demarcação, a desinstituição e a proteção de seus territórios tradicionais. Entre os pontos da pauta estavam a denúncia da invasão de madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e pescadores, além da cobrança ao Estado brasileiro pela efetivação de direitos constitucionais historicamente ignorados.

A delegação reuniu representantes dos povos Manoki, Arara do Guariba, Chiquitano, Boe Bororo, Guarani de Cocalinho, Xerente do Araguaia, Kanela do Araguaia, Xatagaka, Yudja Juruna, Apyawa Tapirapé, Yná Karajá, Wassu, Myky, Xavante de Marãiwatsédé, Kayabi, Nambikwara e Krenak-Makacali, do Mato Grosso; e Arara, do Pará.

“Somos vários povos, mas um só sangue: indígena. Estamos aqui para falar do que a gente passa lá nos nossos territórios, cobrar pelas nossas vidas”, afirmou o ancião e cacique Siravé Kayabi, do Mato Grosso.

A delegação Arara cobrou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) agilidade na conclusão do processo de demarcação e desinstituição da



Foto: Hellen Loures/Cimi

**No Ministério da Justiça, povos do Mato Grosso cobram demarcação e proteção territorial**



Foto: Adi Spezia/Cimi

**Lideranças do povo Arara, TI Cachoeira Seca (PA), foram recebidos no MJSP, em Brasília**

Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca. Trata-se da retirada dos mais de 1.200 ocupantes não indígenas que vivem no território, incluindo um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Estamos pedindo socorro para que a homologação seja feita imediatamente”, enfatiza o cacique loru Arara, do Pará. Preocupado com a segurança de seu povo, ele desabafa: “não aceitamos mais essa situação, porque tudo está virando um jogo de comércio. Perdemos nossas madeiras, nossos minérios. Quem sai ganhando são os que vêm explorar as riquezas do nosso território”, completa o cacique.

Já na TI Cachoeira Seca, no Pará, o desmatamento acumulado ultrapassou 68.777 hectares até julho de 2025, representando



Foto: Adi Spezia/Cimi

**Lideranças indígenas de Rondônia e da Bahia entregam carta conjunta ao STF e nos gabinetes de cada um dos ministros**

9,35% da área total. A invasão se dá pela abertura de ramais ilegais para o roubo de madeira, conforme consta na nota técnica produzida por organizações indígenas e indigenistas.

“Nós queremos a desinstituição da nossa terra, porque isso é muito importante para nós, porque ela é a nossa origem. Então, viemos buscar melhorias para a nossa comunidade em Brasília”, explica Karakio, liderança do povo Arara.

Marta Tipuici, do povo Manoki, no Mato Grosso, relatou os impactos dessa invasão: “Nosso território continua sendo explorado, enquanto nós, donos dessa terra, não podemos usufruir dela. A gente já fez roça lá, já fez casa – e eles passaram o trator por cima. Nossos avós que começaram essa luta já se foram e, hoje, estamos aqui cobrando e ainda assim ela não foi efetivada.”

A cacique Maria Aparecida, também do Mato Grosso, reforçou a pressão e os prejuízos que ela e sua comunidade enfrentam: “Eu quero fazer um apelo para vocês – como cacique, como mãe, como avó – porque venho passando uma pressão muito forte, que prejudica até minha saúde. Eu moro em uma terra já demarcada e homologada, mas cheia de invasores. Enquanto esperamos uma decisão, a terra foi prejudicada. Terra indígena é terra-mãe. A gente não vende, não dá, não empresta.”

As lideranças do Mato Grosso e do Pará também reivindicaram a proteção de povos indígenas em isolamento voluntário.

A delegação também participou da Cerimônia Por Uma “Comissão Nacional Indígena da Verdade” (CNIV), realizada no Centro Cultural de Brasília (CCB). Mais de 130 pessoas estiveram presentes, incluindo lideranças indígenas, parceiros do movimento indígena e representantes do Ministério Público Federal (MPF). Na ocasião, entregaram uma minuta solicitando a criação da CNIV, ressaltando: “Lembrar para não repetir. Sem verdade, não há justiça. Sem justiça, não há futuro.”

## “Cada passo é resistência, cada voz é luta, cada presença é afirmação dos nossos direitos!”

Enfatizam lideranças indígenas da Bahia

Indígenas Tupinambá e Pataxó ecoam suas vozes pela demarcação e a proteção de seus territórios tradicionais. Entre os dias 27 e 31 de outubro, cerca de 33 indígenas da Bahia desembarcaram na capital federal para uma série de incidências políticas e culturais em órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As lideranças fazem parte da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá (FINPAT).

Entre as demandas, está a assinatura da Portaria Declaratória dos territórios tradicionais dos povos Pataxó – em especial das Terras Indígenas (TIs) Barra Velha e Comexatibá –, Tupinambá de Belmonte e Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, e Tumbalalá, no norte do estado.

A delegação reforça: “Essas portarias devem ser assinadas o mais breve possível, já que não há nenhum impedimento jurídico – é só ter vontade política para sanar as violências que os povos vêm sofrendo cotidianamente”. Destacam ainda a preocupação com a distância institucional e a falta de conectividade nos territórios. Enquanto isso, “a violência se agrava no sul da Bahia, com ataques e fugas sistemáticas de indígenas, e crianças obrigadas a dormir no mato e na chuva para não morrerem”, denunciam.

Em Brasília, os indígenas foram recebidos por pelo menos doze órgãos e, em cada um deles, denunciaram perseguições, difamações contra as comunidades indígenas e acusações injustas: “Associam indígenas ao tráfico e à criminalidade – estratégias que buscam criminalizar e enfraquecer as lutas pelos territórios tradicionais”.

Razões pelas quais solicitam uma visita dos órgãos de Estado aos territórios, para “verificar de perto a gravidade da situação e buscar soluções que garantam a segurança e os direitos dos povos indígenas”.

O aumento da violência nos territórios Pataxó e Tupinambá “é uma consequência direta das invasões, ameaças e discursos de ódio que têm se intensificado na região, sendo urgente uma ação efetiva do Estado para proteger as comunidades e assegurar a justiça”, afirmam as lideranças da FINPAT.

# A terra não está à venda

Por rupturas sistêmicas diante do colapso climático e em defesa da Terra e dos Povos

**O** Brasil vai sediar em novembro, na cidade de Belém (PA), a COP 30. Este processo de negociação entre países, iniciado em 1995 pela Conferência das Partes (COP), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), não conseguiu até o momento assegurar compromissos e soluções eficazes para combater as mudanças climáticas. O motivo principal está nas resistências dos Estados e dos poderes econômicos globais em enfrentar as causas estruturais do colapso ambiental que ameaça a vida no planeta.

O colapso ambiental tem raiz histórica e tem causa principal. Ele é resultado da lógica predatória do modelo econômico capitalista, cujas condições de existência emergiram a partir do processo de invasão colonial do que hoje conhecemos como América. O projeto mercantilista imposto pelos colonizadores e suas matrizes nasceu sob o signo da violência, da expropriação territorial, da destruição da natureza, da mão de obra escrava e do genocídio de povos. Com sua falsa perspectiva de crescimento ilimitado em um planeta finito, está provocando a exaustão de todas as fontes da vida. Esse é o marco que precisa ser enfrentado por toda a humanidade e, principalmente, pelos Estados, através de decisões políticas, éticas e econômicas firmes e que passam pela necessidade urgente de rupturas sistêmicas.

Está suficientemente demonstrado que as mudanças profundas nas condições do clima têm uma relação direta com a forma do uso do solo e do subsolo. A expansão do agronegócio e da economia de extração de hidrocarbonetos, gás e minérios, com toda a malha de projetos de infraestrutura energética e de transportes a eles associada, transformou os modos de ocupação e de apropriação da terra, em continuidade ao processo colonial, enquanto os territórios dos povos indígenas e de comunidades tradicionais foram, e continuam sendo, sistematicamente assediados e esbulhados.

Atualmente, em uma nova fase de expansão do Capitalismo, novos mercados de ações tingidos de verde trazem falsas soluções a partir da financeirização da natureza e da vida como um todo. “A estratégia de compra-venda de ‘créditos de emissão’ pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e setores”, já nos alertava o Papa Francisco, uma década atrás, na encíclica *Laudato Si’* (LS, 171).

Da mesma forma, o que os Estados e as grandes corporações apresentam como “transição energética” não é mais do que uma nova forma de transação de energia do Sul Global para os centros de poder econômico e uma substituição da dependência do petróleo por uma nova fase de exploração mineral intensiva, afetando novamente os territórios dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais.

O Brasil chega à COP 30 no momento de maior retrocesso na política indigenista e na política ambiental desde a Constituição de 1988. A demarcação dos territórios indígenas, política fundamental para o enfrentamento do colapso ambiental, permanece estagnada pela vigência da Lei 14.701, flagrantemente inconstitucional, que inviabiliza as demarcações e abre os territórios à exploração econômica de terceiros. Ao mesmo tempo, o avanço no Congresso do PL 2159/2021, o chamado “PL da Devastação”, desmantela a política de proteção ambiental. A COP 30 se instala, justamente, neste contexto de profunda e inaudita desconfiguração dos direitos territoriais dos



Em Brasília (DF), o Ato “Demarca, Lula” reuniu cerca de 200 indígenas no dia 13 de outubro para pedir que o presidente Lula conclua a demarcação das Terras Indígenas pendentes até a COP 30

povos indígenas, conquistados na Constituição Federal de 1988 e balizados em instrumentos internacionais de direitos humanos.

A escolha de Belém do Pará, no coração da Amazônia brasileira, para sediar a COP 30 em 2025 carrega um profundo paradoxo que não pode ser invisibilizado. A Amazônia real dos territórios continua a sangrar sob a pressão da grilagem, do garimpo, do desmatamento e dos grandes projetos de infraestrutura que seguem validando a mesma lógica desenvolvimentista de sempre. É sobre esta região que as frentes econômicas do agronegócio, a mineração e a exploração de petróleo continuam avançando, rasgando os territórios com estradas de ferro e de asfalto para o escoamento das commodities que o mercado internacional almeja. Os grandes rios da bacia amazônica estão hoje comprometidos com projetos de hidrelétricas, hidrovias e pela contaminação do mercúrio. E as falsas soluções do mercado de carbono e a financeirização da Natureza se configuram como a nova forma da apropriação dos territórios pelo capital.

A COP 30 não pode ser mais um momento perdido. Precisamos de decisões urgentes, ousadas e enérgicas que promovam uma mudança radical de rumo. Não existem duas crises, uma social e outra ambiental, mas uma única crise socioambiental, como afirmou o Papa Francisco. Uma crise civilizacional que exige de todos, e particularmente dos Estados e das grandes corporações, as medidas necessárias e a ruptura sistêmica imprescindível.

É fundamental uma ampla mobilização crítica da sociedade civil, das organizações sociais e dos movimentos populares, do mundo acadêmico e das Igrejas que permita uma participação efetiva na tomada de decisões. É imprescindível que o Estado brasileiro e todos os Estados participantes apresentem compromissos concretos em suas Contribuições Determinadas em nível Nacional (NDCs). Diante desta encruzilhada histórica, o Cimi se une aos povos e a toda a sociedade comprometida com a justiça para defender ações firmes e estruturantes. Essa transformação exige rupturas profundas, como:

- A demarcação integral de todos os Territórios Indígenas, Quilombolas e Tradicionais.
- Uma transição energética que seja verdadeiramente justa, construída desde os povos, dos povos e para os povos.
- A criação de mecanismos transparentes para a restituição financeira das dívidas históricas ligadas à exploração de pessoas e territórios.
- A implementação de políticas públicas robustas para a proteção ambiental e a regularização e distribuição agrária.
- A garantia da primazia dos direitos humanos e da natureza sobre os interesses corporativos.
- A reparação histórica integral pela violência colonial, incluindo a anulação das dívidas externas ilegítimas destes povos e a transferência dessa responsabilidade ao Norte Global, como parte de suas dívidas ecológicas.
- O engajamento do Estado brasileiro no reconhecimento do Ecocídio como crime junto aos Tribunais Internacionais, para que os destruidores do planeta sejam responsabilizados.
- Reafirmamos a soberania alimentar e a agroecologia como o único caminho possível para um futuro com comida de verdade, justiça no campo e respeito aos ciclos da natureza.

Este é um chamado à peregrina rebeldia e à insurgência da Esperança. Um apelo a todos e todas que se recusam a aceitar um futuro de cinzas. É hora de construir nas ruas, nas praças, nas aldeias e nos territórios a força popular capaz de fazer acontecer uma agenda real de ruptura e transformação. A resposta não virá dos palácios nem dos acordos corporativos. Ela está sendo semeada historicamente na resistência dos povos que defendem seus territórios com o próprio corpo e na sabedoria ancestral que nos ensina a coexistir com a Terra.

A Terra é Mãe. A ela pertencemos, e não está à venda!

# Povo Mura retoma criação de abelhas sem ferrão e fortalece relação ancestral com a floresta

Oficina de meliponicultura incentiva o resgate cultural, a geração de renda e a conservação ambiental nas aldeias Mura do Amazonas

Por **Hoatson Leonardo**, equipe Borba  
e **Lígia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi - Regional Norte I

**O** zumbido, pequeno e persistente, volta a ecoar nas aldeias Mura – um som que, para além de mel e própolis, anuncia a continuidade de um modo de vida. Entre troncos, igarapés e roçados, as abelhas sem ferrão reaparecem como testemunhas da resistência – um leve movimento de asas que carrega memória e esperança. Esse ruído quase imperceptível anuncia o reencontro do Povo Mura com uma prática ancestral: a meliponicultura. Pequeno gesto, grande efeito – restaurar colmeias é também restaurar laços de memória, modos de sustento e a possibilidade de um futuro em que a floresta e seus povos sigam em comunhão.

E foi para fortalecer esse elo entre floresta e povo que, nos meses de setembro e outubro de 2025, aconteceu a Oficina de Meliponicultura, realizada pela parceria entre a Organização de Lideranças Indígenas de Careiro da Várzea (Olimcv), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I e a Casa de Cultura Urubuí, da família de Egydio Schwade – um dos fundadores do Cimi – e Doroti Alice Müller Schwade, em Presidente Figueiredo (AM). Participaram da Oficina indígenas das aldeias Santo Antônio, Galileia, Jabuti, Sissaíma, Ponciano e Mura Tucumã, de Careiro da Várzea.

Por ser parte da cultura indígena milenarmente, a meliponicultura é uma das atividades do projeto desenvolvido pela equipe Borba do Cimi Regional Norte I, que atua com os povos Mura e Maraguá. O projeto tem por objetivo apoiar a defesa dos territórios e direitos indígenas, revitalização cultural, soberania alimentar e autonomia econômica dos povos indígenas Mura e Maraguá da região do baixo Rio Madeira.

A equipe desenvolve junto às aldeias atividades de agroecologia: viveiros de mudas para reflorestamento de áreas degradadas, agroflorestas, manejo de lagos e quelônios, construção de mapas de suas áreas e a meliponicultura e apicultura. O trabalho é realizado numa relação de mútua confiança e transparência, visando garantir às aldeias e aos povos Mura e Maraguá o controle de seu território em todos os sentidos e, em especial, a soberania alimentar e a autonomia econômica.

## Preocupação com o futuro

“Aqui, como a maioria das partes para cá, foram desmatadas por fazendeiro e aí a gente perdeu [nossas matas]. Porque antes, na geração que tinha antigamente, eles falaram que enquanto os fazendeiros não tinham desmatado tudo, existia bastante mata e vegetação que as abelhas precisam [para sobreviver e produzir]”, resume a tuxaua Mura Euzilange Souza Mura, da aldeia Santo Antônio, na Terra Indígena Apipica, em Careiro da Várzea. Tristeza e preocupação permeiam suas falas sobre o futuro das abelhas e das florestas.

A preocupação da tuxaua Euzilange é a mesma dos Schwade: em 1992, Egydio e Doroti construíram com a ajuda de amigos a Casa de Cultura e, a partir dali,



Fotos: Hoatson Leonardo, equipe Borba, Regional Norte I



iniciaram práticas de meliponicultura – a criação de abelhas sem ferrão – como esforço que alia conservação ambiental e revitalização de espécies da fauna e flora nativas da Amazônia. Esse olhar e essa ação nadam, dura e teimosamente, contra a correnteza da destruição que fazendeiros desenvolvimentistas empregam sobre os territórios amazônicos.

Como estratégia de ação, as parcerias com organizações e pessoas com conhecimentos técnicos específicos e que contribuam com o fortalecimento da luta em defesa dos povos indígenas são primordiais. Assim, a Casa de Cultura Urubuí, pelo seu histórico nessa luta, foi a força da aliança para o desenvolvimento das oficinas de meliponicultura.

## A economia invisível

No artigo A Floresta Amazônica e a sua Economia Invisível, publicado no blog da Casa, Egydio Schwade recorda a fala do Presidente do Sindicato dos Madeireiros do Estado do Amazonas que, por ocasião de um evento em Manaus, teria dito que “da floresta amazônica se aproveitam 5%, o resto é lixo”. Diante do argumento, a reação foi imediata: a esposa Doroti refutou a “grosseria”, enumerando composição e benefícios das árvores para a existência da vida no planeta – e devolveu, em tom inverso ao do madeireiro: “da floresta amazônica se aproveita 95%, o resto é madeira. E quando morre a árvore nos dá ainda os 5% restantes: a madeira, para construirmos nossas casas, colmeias, lenha para o fogo”.

Nos pontos elencados por Doroti estaria imbuída a “economia invisível” conceituada por Egydio — justamente o que deu sustentação para suas abelhas e fundamento para suas ideias e compartilhamento dos seus conhecimentos. “Com uma incrível generosidade, silenciosas, escondidas, invisíveis, algumas espécies de árvores da floresta nativa daqui, em volta do rio Urubuí/AM, nos deram no semestre que findou, 3.252,8 kg de mel. Resultado da colheita do trabalho de 45 famílias de abelhas da espécie apis-melifera-africanizadas, localizadas em 6 apiários. Sem referir a cera, o própolis, o pólen que nos deram. E junto aos mesmos apiários cultivamos ainda 15 espécies de meliponíneos, abelhas sem ferrão, em torno de 200 enxames cujo mel ainda não foi colhido, mas que visitaram as mesmas árvores”.

Para Schwade, os números embasam uma crítica dura: “Jamais haverá sustentabilidade da floresta amazônica sob a ótica de madeireiro, de agronegociante ou de minerador. Das ideias de um madeireiro, de um agronegociante, de um dono de empresa de mineração, a humanidade apro-

veita 5%, o restante é lixo e veneno!”. Já quem entende e cuida das abelhas consegue ver o invisível: “As abelhas nos levaram a descobrir a biodiversidade e o valor que existe na floresta nativa, tanto para tornar a nossa mesa, dia a dia mais farta, como para garantir nossas finanças”, revela Egydio.

### Legado às gerações indígenas

Criar um arquivo de etno-história da região entre o Sul de Roraima e Norte do Amazonas – localidade onde a família Schwade se instalou – foi o objetivo inicial da Casa de Cultura Urubuí. Junto com a organização do acervo veio a organização da apicultura e meliponicultura, atividades de garantia da “mesa farta e das finanças”, além da multiplicação das ideias, conhecimentos sócio-biodiversos e técnicas de criação de abelhas para produção de mel e derivados.

Há mais de 30 anos, a Casa de Cultura Urubuí vem oferecendo serviços de consulta ao seu acervo de livros e documentos, especialmente para pesquisadores, estudantes e movimentos sociais, e firmando parcerias para a realização de cursos, estágios e visitas técnicas em agroecologia, criação de abelhas e sustentabilidade na Amazônia. Nessa perspectiva, Olimcv e o Cimi Regional Norte I firmaram parceria com a Urubuí e, com apoio da Cáritas França, promoveram a Oficina de Meliponicultura, que aconteceu em duas etapas: uma nos meliponários da família Schwade, em Presidente Figueiredo, onde foram trabalhados conteúdos teóricos e práticos, e, posteriormente, nas aldeias Galileia e Ponciano com teoria, prática e instalação dos meliponários.

Maurício Adu Schwade recebeu o legado de seus pais como meliponicultor e apicultor, indigenista e educador popular. É um dos fundadores da Casa de Cultura Urubuí e, atualmente, é sócio e administrador da Microempresa iBi Abelhas da Amazônia. Na parceria, Adu conduziu a oficina com os Mura e é categórico em dizer que a iniciativa tem relevância histórica, cultural, ambiental e econômica, pois a meliponicultura é uma atividade milenar realizada por vários povos indígenas, especialmente da América Latina e Brasil.

“A criação de abelhas sem ferrão para os povos indígenas é muito antiga, é milenar. Desde o tempo pré-colonial muitos povos indígenas criavam abelha. Tem diversos registros disso. Hoje, muitas comunidades indígenas e ribeirinhas, ainda têm algumas colmeias. [Os netos] sempre vão lembrar do avô, do bisavô, que tinha algum tronco, algum ‘enxaminho’ de abelha que cultivava em cortiço (pedaço oco de tronco de árvore que abriga uma colônia de abelhas)”, contou Adu.

A sabedoria indígena permitia o manejo das abelhas de forma sustentável, fosse pela extração do mel e outros produtos diretamente da floresta, fosse trazendo os ninhos para criá-las em cortiços nas aldeias. Mas o processo de colonização interrompeu a harmonia. “A meliponicultura é uma atividade que foi muito castigada por todo o processo colonial. Com ele, poucos meliponários resistiram. Mesmo para quem não criava e fazia a coleta de mel silvestre nas colmeias instaladas naturalmente”, lamenta Adu, contando as duas formas de sofrimento que as abelhas nativas sem ferrão passaram.

“Teve [e continua existindo] o desmatamento [em larga escala], mas também tem o uso de motosserra [para manejo], por exemplo, que acabou viabilizando a retirada de ninhos da natureza de árvores maiores. Mesmo os povos indígenas que não criavam as abelhas, acabavam fazendo o manejo tirando o mel só de árvores menores. E, na hora que começa o uso de outros equipamentos, a pressão [sobre o produto] é muito maior”, deduz o especialista, explicando a importância das abelhas para o equilíbrio do ecossistema.

“Muito disso [conhecimentos e ação] se perdeu, quase tudo, mas as abelhas continuam aí, presentes, com um papel ecológico muito importante, inclusive, pela produção de frutos da floresta. Tem estudos que apontam que na Amazônia, em alguns lugares, mais de 90% das plantas de algumas regiões da floresta, dependem da polini-



Fotos: Hoadson Leonardo, equipe Borba, Regional Norte I



zação das abelhas. Se ocorre a diminuição de abelhas na floresta, seja pela exploração de mel, seja pela destruição das abelhas e enxames, há diminuição consequente da produção de frutos, que vai levar também à diminuição dos animais que se alimentam desses frutos. Então, todo o ecossistema se desequilibra”, conclui.

Entender as causas do desequilíbrio do ecossistema amazônico é uma tarefa árdua que pode levar a alma à beira do desespero, tamanha é a voragem e a velocidade do avanço do desmatamento para projetos desenvolvimentistas e produção agropecuária. Mas, como diz Adu, as abelhas continuam por aí realizando suas tarefas ecológicas de produção e manutenção da vida.

Que o diga Jonison Mura, técnico em agropecuária, produtor agroecológico e meliponicultor, morador da aldeia Terra Preta da Jozefa, em Autazes. O Mura participou com sua experiência das etapas da Oficina e foi

testemunho vivo da importância das abelhas sem ferrão para os povos indígenas da Amazônia.

“A criação de abelhas sem ferrão, que também chamamos de abelhas nativas ou abelhas indígenas, já é há bastante tempo feita pelo nosso povo. Nossos avós, nossos antepassados faziam esse processo do mel, de usar para alimentação e para medicina tradicional. Uma pena que nós, muitas vezes hoje em dia, não trouxemos essa cultura, perdemos muitas coisas”, conta Jonison com tristeza por saber que foi o processo de colonização e os impactos ambientais que diminuíram as abelhas e o alcance do conhecimento indígena sobre elas.

Passada a reflexão, o agroecológico Mura se recompõe e imbuí de esperanças os aprendizados compartilhados na Oficina. “Mas, as coisas mudam. Estamos levando conhecimentos com as oficinas e elas são importantes pra isso”, explica, retomando as vantagens da criação de abelhas. “A meliponicultura traz não só a

preservação da natureza, a preservação do meio ambiente, mas, também, ela traz ali um reconhecimento de que as abelhas são importantes para a natureza e para nossa vida. Tem uma frase importante na meliponicultura que diz ‘sem abelha, o nosso planeta não consegue viver’”, conta Jonison, elencando os produtos da criação: “tem o própolis, tem o pólen, tem a geleia, o próprio mel, né? porque do mel se deriva para os outros alimentos”, explana, mostrando a participação estruturante das abelhas nativas na agroecologia.

“Ela é muito importante também na agroecologia, porque a agroecologia tem um papel de preservação das plantas, das flores. E tem culturas que só dependem das abelhas [para frutificar]. Sem as abelhas para polinizar, ela [a planta, árvore ou cultura agrícola] não consegue se desenvolver ou alcançar uma produção de qualidade”, condiciona o Mura.

### A oficina e as técnicas

Assim como Adu é otimista, Jonison aposta no avanço e consolidação da meliponicultura e, ambos, acreditam que o caminho é a multiplicação de conhecimentos. “Com o decorrer [do tempo] a meliponicultura está ganhando espaço”, aponta o Mura e começa a descrever as técnicas de criação “racional”, com o uso de caixas para acomodar as colmeias compartilhadas nas oficinas.

“As oficinas fortalecem mais ainda a meliponicultura porque estende mais sobre o conhecimento de criação de abelhas racionais, que são nas caixas padronizadas. As colmeias são pegadas na natureza, transferidas para uma caixa e, nessa caixa, a gente consegue manejar as abelhas”.

Confirmando as informações de Jonison, Adu fala das vantagens de dominar as técnicas para ter maior e melhor produtividade: aperfeiçoa a conservação da floresta e qualifica a economia da comunidade.

“Trazendo as abelhas para perto de casa, é possível colher mel, pólen, própolis e diversos produtos das abelhas com mais facilidade, aumenta a polinização das plantas cultivadas, das frutíferas em especial, e aumenta a polinização na floresta. O pataúá, açai, buriti e outras espécies vão aumentar a produtividade em torno da aldeia. Então, retomar a criação de abelhas sem ferrão com técnicas mais recentes tem forte potencial de geração de renda, de conservação ambiental e de fortalecimento da saúde, questões fundamentais para a economia indígena das comunidades”, conclui Adu.

## Um novo olhar

Os participantes da Oficina, nas duas etapas, foram unânimes em manifestar que os aprendizados foram extremamente importantes, conseguiram um novo olhar sobre as abelhas e sua importância para a floresta que rodeia as comunidades, especialmente as espécies frutíferas, plantios da agricultura orgânica, e dos remédios que derivam dos produtos das abelhas. Os depoimentos mostram os ganhos individuais e a preocupação com a coletividade.

**Arlei Gama de Souza, aldeia Ponciano:** “Fazer um curso de produção de mel é uma motivação pra nossa cultura, que a gente já vive um pouco no dia a dia e traz rendimento para dentro da aldeia. Os aprendizados foram bem específicos, ensinando a gente a trabalhar com clareza e sempre ajudando as abelhas. E a forma de trabalhar das abelhas me impressionou muito. Na colmeia, cada uma tem uma função e um período que trabalha dentro da colmeia e umas trabalham fora, tem um certo período de troca de rainha, de zangão. Elas são bem organizadas. Eu pretendo instalar um meliponário lá em casa. E vou incentivar os parentes, dizer que as abelhas fazem um trabalho fundamental na natureza polinizando nossas frutas nativas.”

**Juliette Ferreira Vasconcelos, aldeia Mura Tucumã:** “Lá na minha aldeia tem o tio Jorge e a tia Cleia que trabalham já com abelha. Eu, de vez em quando vou lá e quando posso aprendo alguma coisa. Mas, agora, já sei mais sobre abelha vou mais. E tenho uma filha que desde pequenininha, quando eles vão tirar mel ou se vão atrás de abelha, chamam ela porque ela gosta e se ela quer, ela vai. Eu deixo. Porque eu estou vendo que ela se interessa. Se ela quiser seguir, eu vou incentivar. E eu estou presenciando também que é uma fonte de renda que dá muito futuro. Não só pela venda do mel, né? Mas, a gente pode aproveitar toda a abelha. Até para a produção de remédios.”

**Manoel Jorge Medeiros, aldeia Mura Tucumã:** “Minha função dentro da aldeia é transporte de alunos, mas no mesmo instante trabalho com roçado, que é o nosso trabalho do dia a dia, e com agricultura orgânica e abelha com ferrão. Já a 27 anos que trabalhamos com elas, mas agora aprendemos a criar. Eu vim aqui para aprender mais e conhecer mais abelhas, porque lá no nosso local tem muitas abelhas, mas diferentes dessas [sem ferrão]. A gente está aqui para aprender e levar para ensinar o meu povo lá. E eu gostei muito dessa mistura que a gente tira para tomar com a água, que é o própolis. Achei interessante como remédio. Também aprendi que tem que tomar o maior cuidado para não deixar as pragas invadirem as caixas das abelhas. Elas podem morrer ou abandonar a caixa, mas dependendo da espécie, elas ficam na casa pra defender o ninho, e é o tempo que os bichos matam elas todinhas. Quem não



Foto: Houdson Leonardo, equipe Borba, Regional Norte /

conhecem o que é trabalhar com abelha eu experimente, porque é um ganho que vale a pena.”

**Raul Nati Rinaldi de Souza, aldeia Jabuti:** “Sou tuxaua e sou estudante. Fazer um curso de produção de mel para mim é um incentivo pro trabalho e para dar continuidade numa cultura que a gente fazia. Precisamos muito de produção de mel para fazer nossos remédios artesanais. Os aprendizados nessa oficina foram uma coisa nova que eu pretendo botar para frente. Eu me impressionei com a organização das abelhas, com a mudança dela [para a caixa] e a forma de fazer os enxames. A produção do própolis, eu não tinha ideia para que ele servia e quanto ele era tão valioso, até mais que o mel. Na coleta do mel precisa de vasilha para coar e ter higienização. Para colher o própolis tem que higienizar os materiais que for usar. Não fazer a coleta de qualquer jeito, tem que ser sempre com cuidado.”

**Edno Mura, aldeia Galileia:** “O que me levou a trabalhar com meliponicultura foi as belezas das abelhas e também

uma forma de renda. Vender mel e própolis é uma boa ideia. Temos pouca floresta na nossa aldeia, mas tem ainda. Tem frutíferas. Para mim, em relação às abelhas, com as árvores, especialmente as fruteiras, graças a Deus elas estão trabalhando bem, estão polinizando bem as fruteiras. Colocamos algumas caixinhas aqui na minha aldeia, perto da minha casa e animei pra trabalhar com elas. Acho que aprendi o suficiente pra começar a produzir. Também quero incentivar a comunidade, e quem quer a gente ensina o que aprendeu. Meus sobrinhos, Reysson e Raiele gostaram da ideia.”

**Reysson Mura, aldeia Mutuquinha (11 anos):** “Eu tenho 11 anos e estou com meu tio que hoje tá começando a trabalhar com as abelhas. Achei muito importante esse conhecimento. Eu não sabia como eram as abelhas. Elas são espertas e dão mel.”

**Railane Mura, aldeia Mutuquinha (13 anos):** “Eu tenho 13 anos e, também, to com meu tio Edno vendo as abelhas dele. Ele diz que elas são importantes porque são fonte de renda, dá pra ganhar um dinheiro. Elas produzem mel, própolis, pólen e cera. São os polinizadores essenciais para a maioria das plantas. E aí, garantem a produção de frutas e plantas silvestres e nativas.”


## Dividir para multiplicar

Adu Schwade, com otimismo, disse ao término da oficina prática, quando instalou as caixas de abelhas nas comunidades Ponciano

e Galileia, que os aprendizados vão se multiplicar. Os participantes demonstraram disposição para iniciar em suas comunidades a criação de abelhas sem ferrão.

“Nas comunidades onde instalamos os meliponários, vimos o interesse de outras pessoas, de outros moradores. Instalar as caixas e levar colmeias de espécies que ocorrem ali na região, despertou o interesse porque fizemos, também, práticas de resgate de enxames que estavam ameaçados. As pessoas tinham pego para tirar mel e aí a gente passou para a caixinha. Mostramos como é que se faz. Essa prática de coleta de mel na floresta ainda existe. Quando fazem roçado, eventualmente, é derrubada uma árvore que tem abelhas. Então, foi importante repassar as técnicas de fazer o resgate, porque o meliponário instalado na comunidade, animou a comunidade. E as comunidades que já tinham a prática puderam ter contato com novas formas de colmeias para criação. Acreditamos que o pessoal vai levar para frente a atividade de criação de abelha sem ferrão”, explicou.

adm.porantim@cimi.org.br

 (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

**CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!**

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Assine o  
**PORANTIM**  
  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



# Juventude indígena: raízes de resistência na proteção do território

Encontro na Terra Indígena Nukini reuniu cerca de 70 jovens dos povos Nawa, Nukini, Hunikuin e Shanenawá em uma mobilização que une espiritualidade, política e defesa dos territórios tradicionais

Por Carlos Almeida – Cimi Regional Amazonia Ocidental

A ideia Vaka Visu, Terra Indígena Nukini (AC) – A juventude indígena do Acre deu um importante passo na articulação e mobilização pela defesa de seus direitos e territórios. Entre os dias 16 e 18 de outubro de 2025, a aldeia Vaka Visu, na Terra Indígena Nukini, em Feijó (AC), sediou o Encontro da Juventude Indígena dos povos Nawa e Nukini, com a participação de representantes dos povos Hunikuin e Shanenawá da região do Rio Envira. O encontro, que reuniu cerca de 70 jovens indígenas das aldeias Haka, Panã, Maluquinha, Isã, Vaka Visu, Kamô, Novo Recreio e Boca Tapada, nasceu da iniciativa dos próprios jovens Nukini, que buscaram replicar em suas comunidades a experiência de articulação vivida em um encontro anterior realizado em Feijó, em 2024.

A presença de jovens do Centro de Juventude da Diocese de Cruzeiro do Sul, coordenado pelos Irmãos Maristas, reforçou o caráter inter-religioso e o apoio da sociedade civil à causa indígena. Com o tema “Juventude Indígena: Raízes de Resistência na Proteção do Território” e o lema “Terra sagrada não se negocia, se defende!”, o encontro se consolidou como espaço de profunda reflexão, reafirmação cultural e mobilização política – em consonância com o movimento indígena nacional na defesa inegociável dos direitos originários.

## A luta contra a Lei 14.701 e o protagonismo jovem

Um dos pontos centrais das discussões foi a Lei 14.701/2023, que regulamenta o chamado “Marco Temporal” e representa um grave retrocesso, ameaçando os direitos constitucionais dos povos indígenas. Lideranças de referência, como Cacique Railson Nawa e Paulo Nukini, compartilharam com a juventude as dificuldades históricas do movimento indígena, memórias e dores de uma trajetória marcada pela resistência, reforçando a urgência de que a nova geração se insira de forma consciente e ativa nessa luta ancestral.

O propósito é fortalecer a mobilização pela demarcação e proteção dos territórios, hoje ainda mais vulneráveis diante da legislação anti-indígena. Entre as rodas de conversa e reflexões coletivas, os jovens debateram a importância dos conselhos como instrumentos de controle social e a necessidade de escolher lideranças preparadas para ocupar esses espaços – garantindo que



Foto: Carlos Almeida/Cimi-AO

a voz dos povos indígenas seja ouvida e respeitada nas instâncias de decisão, especialmente na implementação e na qualidade das políticas públicas.

## A força das mulheres indígenas

O encontro abriu um espaço de grande significado para as vozes femininas da resistência, destacando o protagonismo das lideranças indígenas mulheres que, na linha de frente, trazem a força e a sensibilidade de suas perspectivas. Lucila Nawa e Valdenice Nukini compartilharam com os jovens os desafios de ser mulher indígena no movimento, conciliando todos papéis que assumem – papéis que se entrelaçam no mesmo fio da resistência.

“Não abandonem a luta – sejam homens, mulheres, jovens. Devem se orgulhar de ser indígenas, com suas pinturas, seus chapéus. ‘Não ser um índio pelado’, porque sem nossas pinturas e adereços é assim que eu me sinto. Ser indígena é saber de onde veio, conhecer sua história, seu povo, sua cultura. Nós não viramos índio, nascemos indígenas. Ninguém pode dizer quem vocês são – vocês devem escolher o que querem e onde devem ficar”, relatou Lucila Nawa, em um discurso que ecoou pela aldeia.

Destacando o papel central das mulheres na mobilização, Valdenice Nukini convocou as jovens indígenas a

assumir a luta em defesa e representação de seus povos, deixando uma mensagem de força e resiliência: “Vão nos chamar de loucas e tentar calar nossa boca, mas eles não vão nos silenciar.”

As palavras das lideranças femininas tocaram fundo nas jovens presentes, reafirmando o protagonismo e a importância das mulheres na luta pela terra, pela memória e pelos direitos.

## Falsas soluções ambientais e a ameaça do mercado de carbono

Outro tema crucial abordado foi o impacto das mudanças climáticas e das chamadas falsas soluções ambientais, como o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A discussão teve como base a cartilha “Mercado de Carbono e Territórios Indígenas: não nos enganam com as falsas soluções”, que serviu de guia para refletir sobre como essas políticas já alcançam as aldeias, muitas vezes de forma disfarçada – como ocorre com o PSA, implementado por meio de agentes agroflorestais.

O debate buscou conscientizar a juventude sobre os riscos da mercantilização da natureza e dos territórios, reafirmando a compreensão de que a proteção da terra é um ato de soberania, não um serviço a ser comprado ou vendido.

## Juventude urbana e perspectivas futuras

O encontro também promoveu um importante intercâmbio de diálogo com a juventude em contexto urbano. Jovens do Instituto de Juventude compartilharam seus “sonhos e desafios” na cidade, conectando a luta territorial às questões que atravessam a vida fora das aldeias.

O Encontro da Juventude Indígena dos povos Nawa e Nukini, realizado na aldeia Vaka Visu, revelou a vitalidade e a consciência política da nova geração. Ao reafirmar suas raízes e o compromisso com a defesa do território, esses jovens se colocam como vanguarda da resistência, preparados para enfrentar os desafios impostos por leis como a 14.701 e pelas ameaças das falsas soluções ambientais – garantindo que a luta indígena no Acre siga viva, firme e enraizada.



Foto: Carlos Almeida/Cimi-AO